



EDUCAÇÃO ESPECIAL E O DESAFIO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORESFERREIRA, Rosiane Aparecida De Paula¹**RESUMO**

Aceitar e aprender a conviver com a diversidade é o primeiro passo para a criação de uma escola de qualidade e receptível para todos. Esses fatores reforçam a percepção de que as políticas de inclusão devem ser adotadas, permitindo que uma parcela de alunos anteriormente excluída das demais, possam a partir daí fazer parte das escolas comuns ou regulares, ou seja, compor o quadro de alunos das mesmas, levando-se em consideração o direito a igualdade independentemente das diversidades, sendo assim o presente artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica, cujo objetivo foi fazer uma abordagem sobre as reflexões para o desafio da formação de professores para a educação inclusiva. O trabalho se inicia com uma breve abordagem dos termos relevantes da concepção de educação inclusiva a fim de situar o leitor neste novo paradigma de educação. Em seguida, é realizada uma análise acerca da necessidade de se pensar uma mudança no currículo dos cursos de formação de professores com o fim de se formar efetivamente o profissional docente para a educação inclusiva. Em última análise, a pesquisa aponta propostas de remodelação curricular desenvolvida em pesquisas na área educacional.

Palavras-Chave: Educação Especial. Formação de Professores. Currículo.

1. INTRODUÇÃO

Nos dias atuais vivemos um momento de redefinição, no qual cabe às instituições de ensino papéis diferentes aos de antigamente. As escolas têm, diante de si, o grande desafio de se reinventar, sendo necessárias novas práticas pedagógicas que garantam atender toda a diversidade humana. E quando se fala em diversidade nas escolas nos dias atuais, umas das mais discutidas ou mais abordadas, é sem dúvidas a inclusão de alunos com deficiência nas escolas comuns. São considerados alunos com deficiência, todos aqueles que ficam fora dos padrões estabelecidos por um grupo.

¹ Docente: Pós-graduada em Gestão educacional /Gestão pública /Docência do ensino superior/ Psicopedagogia clínica e institucional/ Educação Infantil e letramento/ Ludicidade e educação: jogos, brinquedos e brincadeiras na sala de aula/ Filosofia da educação/ Segunda licenciatura em Letras / português/ Segunda licenciatura História/ Segunda licenciatura geografia / Ed física e Artes. E-mail: rosianefe@yahoo.com.br

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2007, p.2). Dentre alunos considerados “inclusos”, vários são os exemplos, como as pessoas com deficiência mental, motora, problemas auditivos ou visuais, dificuldade de concentração, com transtornos e síndromes.

Aceitar e aprender a conviver com a diversidade é o primeiro passo para a criação de uma escola de qualidade e receptível para todos. Esses fatores reforçam a percepção de que as políticas de inclusão devem ser adotadas, permitindo que uma parcela de alunos anteriormente excluída das demais, possam a partir daí fazer parte das escolas comuns ou regulares, ou seja, compor o quadro de alunos das mesmas, levando-se em consideração o direito a igualdade independentemente das diversidades.

Nesta percepção, trazendo como tema principal o termo inclusão nas instituições de ensino regular, o presente estudo tem por objetivo identificar possíveis benefícios trazidos pelo processo de inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares. Tais benefícios não se aplicam somente para os próprios alunos com deficiência, mas também para os demais colegas de turma e demais componentes da comunidade escolar.

O presente trabalho, é resultado de uma pesquisa bibliográfica sobre a temática da educação inclusiva. Nele, as discussões e análises desenvolvidas buscam reforçar a necessidade de repensar e remodelar o currículo dos cursos de formação de professores, sobretudo o de Pedagogia, tendo em vista a construção de conhecimentos e práticas pedagógicas que assegurem o direito à diversidade, o acesso ao conhecimento e a inclusão de todos os educandos.

2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

2.1 O QUE É A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Conforme explicitado na introdução do exposto, este documento dará enfoque à relevância dos desafios da formação de professores nas diferenças e necessidades

dos alunos especiais e do trabalho dos professores na instituição escolar, que deve não somente ser um mediador no desenvolvimento dos alunos especiais, mas também intervir de forma correta e necessária para o desenvolvimento dos mesmos e de sua própria profissão.

Segundo (Freller, 2011), o profissional de educação deve considerar um importante aspecto, mesmo que sua atuação seja prioritária no atendimento ao aluno com necessidades educacionais, é imprescindível ter a família do aluno como parte desse processo inclusivo.

Segundo Aguiar (2015, p, 87), o professor deve manter um clima agradável (saudável), de respeito entre aos membros do grupo. O bem-estar entre os integrantes de um grupo, de uma comunidade e da sociedade em geral é um dos fatores que contribuem favoravelmente para qualidade de vida das pessoas, cabe também a escola educar para esse fim. Sendo assim, professores e alunos sem deficiência mencionam que a participação dos alunos nos espaços educativos é um direito que deve ser cumprido e respeitado.

Pesquisar autores que discutem sobre a evolução da educação especial, é de extrema importância, principalmente com o novo advento da LDB, demonstrando a complexidades das necessidades educacionais especiais no processo de aprendizagem dos alunos.

À educação inclusiva pode ser concebida como um processo que permite endereçar e responder a diversidade das necessidades de todos os alunos através de uma maior participação nas atividades de aprendizagem, culturais e comunitárias e reduzir a exclusão dentro e fora do sistema educacional. (FACION. 2012. PG. 14).

Com base neste referencial, o presente ensaio fara algumas abordagens sobre a importância da inclusão de alunos com necessidades especiais em classes regulares. A deficiência não é uma categoria com perfis clínicos estáveis, sendo estabelecida em função da resposta educacional. Sendo assim, o sistema educacional pode, portanto, intervir para favorecer o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos com algumas características que fazem gerar a inclusão.

2.2 CONCEITOS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Para que um melhor entendimento do conceito de educação inclusiva a seguir será explanado a definição de educação inclusiva: educação inclusiva é uma ação educacional humanística, democrática, amorosa, mas não piedosa, que percebe o sujeito em sua singularidade e que tem como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos.

Por educação inclusiva se entende o processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais ou de distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino em todos os seus graus. Da pré-escola ao quarto grau. Para que o conceito educação inclusiva seja implementada de forma concreta nas instituições de ensino regular, faz se necessário que algumas características sejam adotadas dentre o processo de inclusão. E são elas:

Um direcionamento para a Comunidade - Na escola inclusiva o processo educativo é entendido como um processo social, onde todas as crianças portadoras de necessidades especiais e de distúrbios de aprendizagem têm o direito à escolarização o mais próximo possível do normal. O alvo a ser alcançado é a integração da criança portadora de deficiência na comunidade.

Vanguarda - Uma escola inclusiva é uma escola líder em relação às demais. Ela se apresenta como a vanguarda do processo educacional. O seu objetivo maior é fazer com que a escola atue através de todos os seus escalões para possibilitar a integração das crianças que dela fazem parte.

Altos Padrões - Há em relação às escolas inclusivas altas expectativas de desempenho por parte de todas as crianças envolvidas. O objetivo é fazer com que as crianças atinjam o seu potencial máximo. O processo deverá ser dosado às necessidades de cada criança.

Colaboração e cooperação - Há um privilegiamento das relações sociais entre todos os participantes da escola, tendo em vista a criação de uma rede de autoajuda.

Mudando papéis e responsabilidades - A escola inclusiva muda os papéis tradicionais dos professores e da equipe técnica da escola. Os professores tornam-se mais próximos dos alunos, na captação das suas maiores dificuldades. O suporte aos

professores da classe comum é essencial, para o bom andamento do processo de ensino-aprendizagem.

Estabelecimento de uma infraestrutura de serviços - gradativamente a escola inclusiva irá criando uma rede de suporte para superação das suas maiores dificuldades. A escola inclusiva é uma escola integrada à sua comunidade.

Parceria com os pais - os pais são os parceiros essenciais no processo de inclusão da criança na escola.

Ambientes educacionais flexíveis - Os ambientes educacionais têm que visar o processo de ensino-aprendizagem do aluno.

Estratégias baseadas em pesquisas - As modificações na escola deverão ser introduzidas a partir das discussões com a equipe técnica, os alunos, pais e professores.

Estabelecimento de novas formas de avaliação - Os critérios de avaliação antigos deverão ser mudados para atender às necessidades dos alunos portadores de deficiência.

Acesso - O acesso físico à escola deverá ser facilitado aos indivíduos portadores de deficiência.

Continuidade no desenvolvimento profissional da equipe técnica - Os participantes da escola inclusiva deverão procurar dar continuidade aos seus estudos, aprofundando-os.

3.FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

3.1 FATORES QUE GERAM INCLUSÃO

A educação inclusiva tem desempenhado um papel de destaque no cenário nacional, principalmente a partir da década de noventa, (Aguar, 2015, p, 15), com o fortalecimento de posições políticas favoráveis à garantia da educação para todos. Independentemente de classe, raça, gênero ou deficiência, bem como respeito à diversidade cultural e individual do ser humano.

Por isso nesse desenvolvimento o objetivo é fazer uma abordagem sobre os aspectos determinantes para se fazer uma inclusão de fato, e pontuar alguns

paradigmas que ainda impedem que a inclusão seja processo natural, e como quebrar esses paradigmas.

Segundo (Freller, 2011), o homem é, por natureza própria um ser social, para sua sobrevivência física e emocional ele não pode se criar só, sendo assim ele necessita ser inserido e estar participando da vida comunitária em grupo. Por isso a importância do processo de inclusão, por isso as instituições de ensino devem fazer uma educação para todos de fato.

Com base na Declaração de Salamanca citadas aqui por (Aguiar 2015 e Facion, 2012), as instituições escolares têm como amplo objetivo, fazer a educação para todos, ou seja, acolher o aluno sem distinção e dar a ele todo o suporte pedagógico necessário para sua formação como cidadão no contexto social, esse suporte pedagógico é tudo aquilo que a grade curricular de ensino escolar propõem em seu contexto. Fato é que a questão, educação para todos, não segue o verdadeiro critério de educação para todos.

Sabemos que a escola para todos não é a escola de todos; diferenças pessoais, sociais, econômicas e políticas nos mostram isso todos os dias. Do mesmo modo, colocar todos os alunos na mesma escola não reduz a desigualdade nem é exemplo de cidadania, uma vez que cidadania se refere a padrões morais e não educacionais. A escola é o lugar mais propício para vivenciar a igualdade, muito pelo contrário; a escola que temos hoje tende a ressaltar diferenças, e é lá que elas são mais ampliadas (FACION, 2012, P.61).

Por essa razão, segundo Aguiar (2015, p.15), é que as escolas devem embasar seus conceitos de educação para todos na Declaração de Salamanca. A declaração de Salamanca foi constituída em junho de 1994, foi declarado alguns aspectos que tem em seu principal objetivo fazer de fato educação para todos, são eles:

- A toda criança e sem distinção deve ser fundamental o direito a educação e ao mesmo deve ser dada a oportunidade de atingir um nível de aprendizagem adequada para seu desenvolvimento pedagógico;
- É preciso entender que toda criança possui características, interesses, habilidades, e necessidades de aprendizagem que são únicas;
- O sistema educativo deveria ser designado e os programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de características e necessidades educacionais;

- Alunos com necessidades educacionais tem o direito ao acesso na escola regular, ela deveria acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer suas necessidades educacionais;
- As escolas regulares que possuam as orientações de uma escola inclusiva, devem constituir os meios mais eficazes de combater atitudes consideradas discriminatórias criando assim as comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação de fato para todos. (AGUIAR, 2015. P. 15).

Para um bom conceito de escola inclusiva, é necessário que se quebre alguns padrões, padrões esses que diferenciam alunos como especiais e normais, comuns. Então, para que a escola possa se concretizar como realmente uma escola inclusiva, há a necessidade de atualização e desenvolvimento de novos conceitos, assim como a redefinição e a aplicação de alternativas e práticas pedagógicas e educacionais que são compatíveis com a inclusão.

A escola representa a primeira instituição a ser incorporada na vida da criança depois da família. Com seu caráter formal e burocrático, estabelece seus objetivos não apenas no que se refere a transmissão do conteúdo de ensino, mas em uma constante vigilância das crianças e dos jovens, organizando, assim a experiência da vida prática da infância e da juventude (FACION, 2012, P. 87).

Sendo assim, tanto a escola como todo o corpo docente, precisam contribuir para que a instituição escola seja vista como um espaço de aprendizagem para todos os alunos, problematizando a grade curricular escolar, processos avaliativos no desenvolvimento educacional do aluno, formação, planejamento, relações estabelecidas no cotidiano escolar, e toda a política pedagógica que no corpo docente tem como necessários, para oferecer uma educação que se adeque a todos os alunos.

As parcerias são necessárias, assim como políticas públicas que trabalhem a favor ao acesso a inclusão, uma inclusão que seja permanente com ensino de qualidade a todos os alunos.

Para Facion (2012), para que as escolas consigam elaborar seus projetos políticos pedagógicos, algumas tomadas de ação precisam serem colocadas em prática, dentre essas tomadas de ação tendo como base o cotidiano escolar e a inclusão, pode se destacar:

- Ter a aprendizagem como o eixo das escolas, assim discorrer de um tempo necessário para que todos possam aprender de forma igualitária;
- Não aceitar a repetência;

- Criar situações onde pode se expor o diálogo, a afetividade, a criatividade e acima de tudo o espírito crítico praticado pela equipe pedagógica, além dos demais colaboradores envolvidos no ambiente escolar;
- Valorização e capacitação do professor para receber a inclusão, assim ele pode se atualizar e oferecer um ensino de qualidade.

Conforme visto no estudo de (Facion 2012), enfatizando a escola como primeira instituição incorporada na vida do aluno depois da família, é importante pensar na família como meio de compreender a inclusão no ambiente escolar, para que no aluno possa se sentir um cidadão inerido no meio social

Para Glat (2011), é imprescindível que a família aceite suas crianças fazendo a inclusão no ambiente familiar, quebrando assim paradigmas de sua dependência, ou seja, que essas crianças sejam dependentes e possam decidir sobre o que querem para elas, muitos pais acabam não permitindo seus filhos matriculados em uma escola com o intuito de evitar que os mesmos não sofram situações que venha a ridicularizá-los.

A partir do momento que a criança é aceita com suas diferenças no contexto familiar, ela cria autonomia para enfrentar os problemas que virão à sua frente.

Neste sentido, fazer a inclusão dos alunos com necessidades educacionais não é apenas um dever, mas uma competência que cabe a todos envolvidos com a criança, tanto a escola, como o ambiente familiar podem criar políticas cada uma em sua perspectiva que capacite a criança a inserção no contexto social, uma política que até mesmo pode ser integrada pelas instituições escola e família, visando o pleno desenvolvimento social e cognitivo do aluno.

Então conforme autores da pesquisa aqui elaborada, para que se tenha um bom conceito de escola inclusiva, é necessário que se quebre alguns padrões e paradigmas, aspectos esses que diferenciam alunos como especiais e normais, comuns. Então para que a escola possa se concretizar como realmente uma escola inclusiva, há a necessidade de atualização e desenvolvimento de novos conceitos, assim como a redefinição e a aplicação de alternativas e práticas pedagógicas e educacionais que são compatíveis com a inclusão.

É importante frisar que a questão inclusão no ambiente escolar, não deve se reduzir ao que foi identificado e exposto neste estudo, os trabalhos de inclusão já vêm sendo destacados nas escolas brasileiras a um tempo considerável, porém ainda há muito a ser estudada.

Para estudos posteriores, a partir do presente estudo, sugere-se que diferenças regionais e culturais do contexto brasileiro sejam consideradas, assim como a possibilidade de replicar este tipo de estudos em outros territórios, considerando o multiculturalismo de cada nação.

Pesquisas sobre inclusão devem considerar as características das famílias de crianças com necessidades especiais e sua dinâmica relacional, sendo assim se faz de extrema importância continuar investigando questões relacionadas a inclusão de alunos com necessidades especiais no ambiente escolar por meio da construção e adaptação de instrumentos de coleta de dados que atendam às particularidades de cada contexto.

4.REPENSANDO O CURRÍCULO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Mantoan (2006, p. 30) aponta para a “necessidade de que todos os níveis dos cursos de formação de professores devem sofrer modificações em seu currículo, de modo que os futuros professores discutam práticas de ensino adequadas às diferenças”, visto que, poucos são os cursos de licenciatura, e, dentre eles o de Pedagogia, que oferecem disciplinas, conteúdos e referenciais voltados para uma educação para a diversidade, que contemple também as pessoas com necessidades especiais.

Seguindo as colocações expostas por Rabelo e Amaral (2003, p. 209), nota-se que as mudanças referentes a formação de professores para a educação inclusiva têm acontecido de maneira bem tímida porque “os currículos de Pedagogia atuais ainda estão estruturados para atender a uma parcela da população, a considerada ‘normal’, ignorando a presença de uma parcela importante de estudantes, aqueles que necessitam de uma atenção diferenciada”.

A investigação mostrou também que em nenhuma disciplina da matriz curricular analisada perpassava a ideia da inclusão. Fato que demonstrou a existência de uma lacuna entre a formação profissional e uma desarticulação com a prática pedagógica, reforçando assim, a dicotomia teoria-prática.

Tais evidências demonstram, conforme Reis (2006, p. 82) que “a vinculação entre o pensar e o agir perde significado tornando inviável a este profissional da educação, uma prática educativa vivenciada na realidade escolar”, uma vez que a inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais já é realidade na rede regular de ensino.

Neste sentido, uma remodelação da política educacional de formação de professores, nos cursos de Pedagogia, na perspectiva inclusiva virá fortalecer a transformação para a construção de uma sociedade mais humana, conforme ressalta Reis (2006, p. 100). Ademais, é necessário e urgente dar maior atenção à elaboração de um currículo interdisciplinar centrado na formação geral para a cidadania crítica participativa e na formação ética. Implementar projetos voltados para a formação de professores para inclusão escolar, desmistificando a ideia de que a inclusão escolar é uma prática difícil de ser concretizada no ensino regular.

Para a efetivação das mudanças necessárias não se pode correr o risco de limitar-se a oferecer uma disciplina com conteúdo sobre crianças com necessidades especiais, sem maior, reflexão e aprofundamento acerca das potencialidades e individualidades humanas, pois, desta forma, pode-se acabar auxiliando a manutenção de práticas segregacionistas, alimentando a ideia de que inclusão se refere apenas ao aluno com deficiência.

A existência de disciplinas que contemplem temas relacionados à educação inclusiva traz, às instituições de Ensino Superior, novas perspectivas educacionais, no entanto, não são suficientes para que sejam articulados conhecimentos, fundamentos e práticas referentes à educação inclusiva.

A universidade precisa buscar um projeto maior em seu currículo, que supere o fato de disciplinas isoladas, um currículo fragmentado. O mais viável, devido à amplitude do tema, seria um trabalho interdisciplinar onde conteúdos ligados à educação inclusiva seriam colocados em conjunto com todas as disciplinas que

integram o currículo do curso, de maneira a intensificar estudos teóricos, análises e discussões sobre a exclusão, de modo geral.

Nesse sentido, Bueno (2001, p. 15) coloca quatro desafios que a educação inclusiva impõe à educação de professores: formação teórica sólida ou uma formação adequada no que se refere ao diferentes processos e procedimentos pedagógicos que envolvem tanto o “saber” como o “saber fazer” pedagógico; formação que possibilite analisar, acompanhar e contribuir para o aprimoramento dos processos de escolarização das mais diversas diferenças, entre elas, as crianças deficientes que foram incorporadas no processo educativo regular; formação específica sobre características comuns das crianças com necessidades educativas especiais, como expressões localizadas das relações contraditórias entre a sociedade em geral e a as minorias; formação sobre as características, necessidades e procedimentos pedagógicos específicos a cada uma das necessidades educativas especiais.

Tais reflexões mostram que as mudanças na formação de professores precisam proporcionar um preparo que atenda questões teóricas, práticas e metodologias capazes de efetivar a inclusão escolar. Tendo em vista que esse novo paradigma de educação traz a valorização das diferenças, sendo preciso respeitar o indivíduo como um ser único, princípio que força aos professores a abolição de toda forma de homogeneidade em suas práticas.

Portanto, pesquisas como as desenvolvidas por Reis (2006) e Rabelo e Amaral (2003, p. 214, 215) sugerem que num processo de implantação de uma educação inclusiva é importante “evitar a inclusão de disciplinas específicas, que poderiam sobrecarregar o currículo, como evitar a restrição das abordagens teórico-práticas das disciplinas do curso de formação dos profissionais da educação”.

O mais interessante é tentar ampliar e melhorar a discussão dos temas de cada ementa das disciplinas do curso, fazendo as alterações necessárias para que o trabalho destes profissionais possa ocorrer de forma mais completa.

5. PROCESSO DE INCLUSÃO E A ESCOLA INCLUSIVA

Nas últimas décadas, tem-se enfrentando um período de grandes mudanças no que diz respeito à educação. Um dos fatos mais discutidos é a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares.

Alguns acreditam que o aluno com deficiência é mais excluído na escola de ensino regular, por não acompanhar os demais colegas na aprendizagem e por isto deveria ser preservado e frequentar a escola especial, onde estaria com crianças "iguais" e, assim, não precisaria lidar com este desafio.

Outros educadores acreditam que o aluno com necessidades especiais deve frequentar a escola de ensino regular, justamente pela riqueza que surge através da diversidade. (ROSA, 2008, p.215)

A ideia fundamental da inclusão é um sistema educacional único, de qualidade, que atende a todos os alunos independentemente do tipo e do grau de deficiência.

Com o processo de inclusão todas as crianças com algum tipo de deficiência passam a ter o direito à escolarização o mais próximo possível dos padrões considerados normais para os alunos que não possuem deficiência.

Para que isso seja possível o sistema escolar tem que adaptar-se às necessidades dos alunos.

Para uma escola ser inclusiva de fato não basta apenas receber os alunos, deve-se antes de qualquer coisa fazer um levantamento das adaptações que devem ser feitas na escola para receber os mais variados alunos.

Pensar na adequação de portas para passagem de cadeira de rodas, rampas de acesso, adaptação de banheiros e bebedores, conserto de pisos irregulares, retirada de obstáculos do caminho, mesas adequadas, refeitório, etc.

Além de eliminar as barreiras arquitetônicas, é importante adotar métodos e práticas de ensino adequado às diferenças dos alunos. Sem esquecer os materiais e equipamentos que atendam a diversidade e facilitem a aprendizagem. Vale sempre enfatizar que a inclusão de indivíduos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não considera apenas a sua permanência junto aos demais alunos, nem na negação dos serviços especializados àqueles que deles necessitam.

Ao contrário, implica uma reorganização do sistema educacional, o que acarreta a revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais na busca de se possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando suas diferenças e atendendo às suas necessidades. (Glat e Nogueira, 2002, p.26).

Na perspectiva da inclusão a formação dos professores torna-se um item essencial, de acordo com a LDB de 1996 no artigo 59, são previstos “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (p.22).

Dentro deste contexto a escola deve rever a formação de seu corpo docente e os sistemas de ensino devem comprometer-se com a formação continuada dos mesmos. O professor deve estar apto a elaborar e implantar novas propostas de ensino de forma a atender as necessidades dos alunos, estimular a aprendizagem e assegurar sua permanência na escola.

A construção da competência do professor para responder com qualidade às necessidades educacionais especiais de seus alunos em uma escola inclusiva, pela mediação da ética, responde a necessidade social e histórica de superação das práticas pedagógicas que discriminam, segregam e excluem, e, ao mesmo tempo, configura, na ação educativa, o vetor de transformação social para a equidade, a solidariedade, a cidadania. (Xavier, 2002, p.19).

Outro ponto relevante para uma escola inclusiva de sucesso é a elaboração de um trabalho para toda comunidade escolar, conscientizar todos a aceitar as diferenças individuais como um atributo e não como um obstáculo e valorizar a diversidade humana como uma forma de aprendizado.

MRECH (1999) é pontual ao definir a proposta da Educação Inclusiva: “é uma maneira nova da gente se ver, ver os outros e a Educação. De se aprender a conviver com as diferenças, as mudanças, com aquilo que está além das imagens. Uma maneira da gente apostar no outro”. (p.28) A comunidade escolar deve olhar a inclusão de forma diferente, e ver quanta coisa positiva pode vir com ela. Perceber que através da inclusão aprende-se a entender e conhecer o outro, e assim tem-se o privilégio de conviver com pessoas diferentes.

Enfim o processo de inclusão não pode mais ser ignorado, cabe a nós transformarmos o ambiente escolar em um ambiente que reconhece, respeita e ensina com e a partir das diferenças.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ambiente escolar é um espaço de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, onde crianças e jovens aprendem a “serem pessoas”. Em ambientes educativos, a inclusão ensina os alunos a valorizar a diferença pela convivência, com espírito solidário e participativo. Nesse contexto todos os alunos têm possibilidades de aprender, frequentando uma mesma e única turma.

Conforme exposto no decorrer desta resenha, o princípio básico da educação inclusiva é a valorização da diversidade não somente no ambiente escolar, mas também no contexto familiar, sendo assim para se fazer a inclusão, se faz necessário romper com os preconceitos criados pelas sociedades, para trabalhar com um objetivo de ter uma sociedade mais justa na qual os professores não tenham medo do novo, dando-lhes formação e condições adequadas para que se sintam seguros em sala de aula e possam passar os conteúdos educativos com qualidade.

Essas condições vão desde as políticas de incentivo a capacitação profissional do educador até a criação de um conteúdo curricular com visibilidades aos alunos com necessidades especiais educacionais. É importante também trazer a relevância das atividades lúdicas no âmbito da educação inclusiva. Neste sentido é possível afirmar que haja sim, necessidade de uma preparação adequada do profissional de educação para receber o aluno incluído e que este mesmo profissional se adeque na condição especial específica desses alunos, cabe a instituição junto a gestão pedagógica elaborar políticas de gestão pedagógica com o objetivo de alcançar o desenvolvimento cognitivo do aluno incluído.

Embora haja um déficit de aprendizagem relacionado a alunos com necessidades educacionais, isso não quer dizer que o mesmo seja um aluno desprovido de inteligência, pelo contrário, há alunos com necessidades educativas com potencialidades significativas, muitas vezes o que falta mesmo é uma proposta

política sócio pedagógica que desenvolva e aflore as habilidades de um aluno com necessidades especiais.

Conclui se que uma inclusão real, é uma inclusão voltada de fato ao aluno com necessidades educacionais especiais além de ser uma feramente de extrema importância para o desenvolvimento pedagógico, cognitivo e social deste aluno.

Sendo assim, trabalhar a inclusão com crianças que tenham necessidades educacionais também se torna uma atividade prazerosa para o educador no âmbito da descoberta, um profissional preparado e qualificado terá o prazer de ensinar e aprender muito com esses alunos, pois este aluno tem muito a ensinar com suas potencialidades e habilidades.

8.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, João Serapião de. **Educação Inclusiva: jogos para o ensino de conceitos**. Campinas, Papirus: 2015

ALVES, Rubem. **A complicada arte de ver**. Jornal folha de são Paulo

ALVES, Rubem. **O desejo de ensinar e arte de aprender**. Campinas. Ano 14, nº24, 2002.

ARGUELES ME, HUGHES MT, SCHUMM JS. **Co-teaching: a different approach to inclusion**. Principal. 2000;79(4):48-51.

BRASIL. Decreto Nº 186, de 09 de julho de 2008.

BRASIL. Decreto Nº 6.571, de 17 de setembro de 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria Educação Especial SEESP. **Educar na diversidade**: Brasília, DF: material Cynthia Duk; 2006.

BRASIL. MEC. **A integração do aluno com deficiência na rede de ensino**. Brasília, v.3, 1986.

CARMO, A. A. (2000). **Inclusão escolar: roupa nova em corpo velho**. Integração, Brasília, 13 (23), p.43-48, 2000.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. concepções do professor do ensino fundamental em relação à inclusão

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. da inclusão. Educação. CE/USFM. Santa Maria (RS), v. 32, n.2, 2007, p. 327-342,

COOK L, Friend M. **Co-teaching: guidelines for creating effective practices. Focus on Exceptional Children.** 1995;28(3):1-16.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, políticas e práticas na área das Deescubra,** 2006.

DUTRA, Claudia pereira. **Inclusão: Diversidade também se aprende na pré-escola.** Revista Nova Escola, maio de 2007.

FACION, José Raimundo (org.) **Inclusão escolar e suas implicações.** Curitiba, Intersaberes: 2012.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

FRELLER, Cintia Copit; FERRARI, Marian Ávila de Lima e Dias; SEKKEL, Marie Claire (orgs.). **Educação Inclusiva – percursos na educação infantil.** Itatiba, Casa do Psicólogo: 2011.

FULLAN M, Hargreaves A. **A escola como organização aprendente: buscando uma educação de qualidade.** 2a ed. Porto Alegre: Artes Médicas;2000.128

GATELY S, Gately FJ Jr. **Understanding co-teaching components.** Teaching Exceptional Children. 2001; 33:40-7,

GLAT Rosana; NOGUEIRA Mário Lucio De Lima. **Políticas Educacionais e a inclusão escolar.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 209-221.

LEÃO, A. M. C., Garcia, C. C. A., Yoshira, E. V. F. & Ribeiro, P. R. M. (2006). **Inclusão do aluno com dismotria cerebral ontogenética: análise das práticas pedagógicas.** Revista Brasileira de Educação Especial, 12 (2), p. 169-186

MENDES EG. **Caminhos da pesquisa sobre formação de professores para inclusão escolar.** In: Mendes EG, Almeida MA, Hayashi MCPI, Orgs. Temas em Educação Especial: conhecimentos para fundamentar a prática. Araraquara: Junqueira & Marin Editores; 2008. p 92-122.

MENDES EG. **Colaboração entre ensino regular e especial: o caminho do desenvolvimento pessoal para a inclusão escolar.** In: Manzini EJ, orgs. Inclusão e acessibilidade. Marília: ABPEE;2006. p.29-41.

MONTOAN, Maria Tereza Engler. **Ser ou estar, eis a questão: explicando o déficit intelectual.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

NACIONAL, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Necessidades Educativas Especiais**. 1996.

OLIVEIRA, S. M. **Valores e crenças de educadoras de creche sobre o desenvolvimento e educação de crianças de dois e três anos**. Dissertação de Mestrado, universidade de Brasília, Brasília. 1999.

OMOTE, Sadão. **Aparência e competência em educação especial**. In: Temas em Educação Especial, n. I, UFSCar/PPGEEs, 1990.

SASSAKI, Romeu Zakumi. **Inclusão. Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SINGER, Petter. **Ética prática**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

SOUSA, L. F.E, C.P. (Orgs). **Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de Summus**, 2006, p. 299-318.

WERNECK, Cláudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1998.

Zabalza MA. **Diários de aula: um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional**. Porto Alegre: Artmed; 2004.

Zanata EM. **Planejamento de práticas pedagógicas inclusivas para alunos surdos numa perspectiva colaborativa** [Tese de Doutorado]. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos; 2004.